

Educação das relações étnico-raciais no Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano para o 1º semestre de 2023

Isabela Feliciano Moreira¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este artigo pretende investigar o modo como o Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano para o 1º semestre de 2023 se compromete com a Lei nº 10.639/2003 e com as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a partir de atividades propostas com base em dois textos referentes ao escritor guineense Eliseu Banori. A investigação se dá sob a perspectiva de política linguística definida por Rajagopalan (2013), considerando também a concepção de língua/linguagem de Valentin Volóchinov (2019) e a compreensão de como ela atua na educação, pela ótica de Paulo Freire em *Política e educação* (2022). A análise também parte da obra *A Escola não é uma empresa*, de Christian Laval (2004), a fim de sinalizar a presença da lógica neoliberal na gestão da educação carioca para elaboração do material didático analisado.

Palavras-chave: Material Didático; Educação; Relações Étnico-Raciais.

Title: Ethno-racial relations education in Rioeduca 8th grade Portuguese Language material for the 1st semester of 2023

Abstract: This article intends to investigate the way Rioeduca's 8th-grade Portuguese Language material in the 1st semester of 2023 commits to Law No. 10.639/2003 and to the Curricular Guidelines for Ethno-Racial Relations Education and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture through proposed activities based on two texts regarding the Guinean writer Eliseu Banori. The investigation takes place under the linguistics politics perspective defined by Rajagopalan (2013), considering also Valentin Volóchinov's (2019) conception of language/speech and the comprehension of its role in education through Paulo Freire's point of view in *Política e Educação* (2022). The analysis also sets off from the work *A Escola não é uma empresa* by Christian Laval (2004), in order to signal the presence of the neoliberal logic in *carioca* education management to the development of the analyzed didactic material.

Keywords: Didactic Material; Education; Ethno-Racial Relations.

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Ensino Fundamental de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7516-1226>. E-mail: isabelafeliciano@letras.ufrj.br.

Introdução

Este artigo pretende investigar o modo como o Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano para o 1º semestre de 2023 se compromete com a Lei nº 10.639/2003 a partir de atividades propostas com base em dois textos referentes ao escritor guineense Eliseu Banori. Trata-se do principal aparato de apoio pedagógico da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, que estabelece norteadores para o ensino de Língua Portuguesa em sala de aula. Na versão destinada a professoras e professores, também são encontradas orientações curriculares e sugestões metodológicas para o desenvolvimento de cada item a ser trabalhado.

O estudo se organiza apresentando, primeiramente, a definição de política linguística para a investigação empreendida no trabalho. Em seguida, define-se o que são estudos linguísticos escolares, pautando-se na compreensão de língua/linguagem de Valentin Volóchinov (2019) e Paulo Freire (2022), seguindo com um panorama sobre as orientações oficiais para a educação das relações étnico-raciais no Brasil. A partir disso, reproduzem-se as atividades do material didático analisado, como uma notícia sobre o escritor guineense Eliseu Banori, com um conjunto de questões seguido de um poema do mesmo autor, acompanhado, também, de um conjunto de questões. Na sequência, são apresentadas as orientações destinadas às/aos professoras/es, finalizando com a identificação da lógica neoliberal na gestão da educação municipal do Rio de Janeiro, que parte da argumentação de Christian Laval (2004), sucedida pela conclusão do trabalho.

Política linguística

A presente análise parte da perspectiva da política linguística explicitada por Rajagopalan (2013), no âmbito de práticas políticas que se valem da linguagem para definição dos seus mecanismos de atuação. Para o autor,

A política linguística consiste de uma vasta gama de atos e gestos específicos, quase todos de cunho político. A política linguística é, em outras palavras, um ramo de política e, enquanto tal, comparável a outras áreas de atuação política, tais como a política econômica, a política social, a política de habitação, de trabalho, de planejamento familiar, de alimentos geneticamente modificados, de investimentos em fontes de energia alternativa, e assim por diante (Rajagopalan, 2013, p. 33-34).

Nesse sentido, tomadas de decisões em um regime democrático devem promover ações que favoreçam o pleno exercício da cidadania em largo alcance, pautando-se nos princípios de autonomia e subjetividade de cada cidadão.

Além disso, políticas linguísticas, no plural, entendidas, neste artigo, como seleção dos conteúdos linguísticos a serem ensinados na escola, também devem participar da formação plena de cada sujeito. Sendo assim,

as políticas linguísticas mais sadias e robustas sempre têm como partícipes e como alvo os cidadãos. A política linguística, no sentido pleno desse termo, tanto pressupõe o livre arbítrio do cidadão quanto se dirige ao cidadão (Rajagopalan, 2013, p. 37).

A política linguística, então, coloca em perspectiva a linguagem como mecanismo de efetivação da democracia em regimes orientados por soberania popular. Trata-se de um campo da política de alta relevância na vida social, uma vez que a linguagem, para além de um sistema de símbolos a serem (de)codificados, constitui forma de estabelecimento de posições dentro da estrutura social.

Assim, aplicada à análise da educação das relações étnico-raciais no referido material, a perspectiva da política linguística guiará o exame do manual, sinalizando nele a presença do mecanismo neoliberal nas políticas educativas atuais do município do Rio de Janeiro.

Estudo da língua/linguagem

Como afirma Valentin Volóchinov, “a palavra na vida não é autossuficiente. Ela surge da situação cotidiana extraverbal e mantém uma relação muito estreita com ela” (Volóchinov, 2019, p. 117). Isso significa que estudos linguísticos devem levar em conta aspectos extralinguísticos nos mais diversos âmbitos da interação social. Para além de estruturas fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, é preciso, necessariamente, que se considere o que Volóchinov chama de *contexto extraverbal* (Volóchinov, 2019, p. 118-119). Isso porque é essa contextualização, também denominada pelo autor de *situação*, que vai determinar o sentido do enunciado. A mesma expressão verbal pode representar sentidos muito distintos em diferentes circunstâncias de enunciação (Volóchinov, 2019, p. 285). De acordo com o autor,

A vida não influencia o enunciado de fora dele: ela o impregna de dentro, enquanto unidade e comunidade da existência que circunda os falantes, e enquanto avaliações sociais essenciais geradas por essa existência, fora dos quais não é possível nenhum enunciado consciente (Volóchinov, 2019, p. 129).

Em suma, qualquer estudo linguístico que se proponha a uma análise séria da linguagem não deve ignorar uma investigação sociológica concreta. A materialidade do enunciado “é um esqueleto, que ganha carne viva somente no processo de percepção criativa e, por conseguinte, somente no processo da comunicação viva” (Volóchinov, 2019, p. 135).

É ainda Volóchinov que esclarece que a língua é fator determinante em qualquer cultura estabelecida, uma vez que as atividades humanas se constroem pautadas na comunicação social, “cuja forma materializada é a nossa língua” (Volóchinov, 2019, p. 251). É dessa maneira que “Com a ajuda da linguagem/língua, criam-se e formam-se os sistemas ideológicos (a ciência, a arte, a moral, o direito), e ao mesmo tempo a língua cria e forma a consciência do homem” (Volóchinov, 2019, p. 264). Por esse motivo, estudos linguísticos na educação básica – neste caso, mais especificamente no 8º ano do ensino fundamental –

devem possibilitar às/aos suas/seus alunas/os a compreensão dos mecanismos de atuação da língua a fim de que essas/es estudantes se reconheçam como sujeitos de linguagem e não apenas usuários e, assim, desenvolvam-se crítica e linguisticamente a fim de ampliarem seu acesso aos mais diversos lugares e posições dentro da estrutura social.

Essa consciência linguística sobre a performance da língua/linguagem, a qual está profundamente atrelada à esfera sociopolítica, encontra respaldo no que Paulo Freire aponta como necessidade da natureza humana: que nos tornemos corpos conscientes no exercício de ser. Trata-se do entendimento de que a estrutura da sociedade é configurada por cada corpo que atua *com e/ou contra* outros corpos na prática social, produzindo linguagem e aperfeiçoando a qualidade da curiosidade na existência humana (Freire, 2022, p. 15). Foi assim que, ao longo do tempo, continua Freire, “*O corpo consciente e curioso que estamos sendo se veio tornando capaz de compreender, de entender o mundo, de nele intervir técnica, ética, estética, científica e politicamente*” (Freire, 2022, p. 16). Sendo assim, é de fundamental relevância a compreensão de que a atividade linguística constitui o mecanismo pelo qual interagimos com o mundo em que vivemos, recebendo-o, percebendo-o e agindo sobre ele a fim de transformá-lo em favor do bem-estar comum.

Estudar língua/linguagem requer, então, a consciência de que é a nossa capacidade de dizer o mundo e de assim nele intervir, reinventá-lo, que nos torna *ensinantes e aprendizes*. Trata-se de nos entendermos como sujeitos de uma prática linguística que é também política, gnosiológica, estética e ética (Freire, 2022, p. 24-25). Não podendo, portanto, ser compreendida fora do campo social e político, a educação linguística, ou simplesmente os estudos linguísticos ou estudos da língua/linguagem, seja em nível infantil, fundamental, médio ou superior, têm impacto direto na construção da consciência do indivíduo. É dessa maneira que a formação linguística comprometida com a cidadania concebe cada ser humano como aquele que “*atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire*” (Freire, 2022, p. 19).

Educação das relações étnico-raciais

Como já mencionado, estudar língua/linguagem envolve a formação de consciência social e cidadania. Sendo assim, a educação para as relações étnico-raciais, item curricular obrigatório no ensino básico, reivindica uma prática linguística que favoreça devidamente a conscientização dessas relações.

O material em análise, na edição do professor, apresenta já na página quatro um comunicado a respeito dos vinte anos, completos em 2023, da Lei nº 10.639/2003, que prevê obrigatoriamente o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo História da África e dos Africanos, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. O texto ainda afirma ser um convite para que as/os professoras/es reflitam sobre “o impacto dessa legislação nas ações educativas de nossa Rede de Ensino” (Material Rioeduca, 2023, p. 4).

Assinado pela Gerência de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de

Educação, o texto ainda sugere que as/os professoras/es revisitem as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Mais uma vez, alega-se que se trata de um convite para a inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano escolar, a fim de

resgatar conhecimentos produzidos no continente africano, antes de sua invasão, assim como destacar os movimentos de superação da escravidão, enfatizando as intelectualidades negras que contribuíram e contribuem para a construção das identidades da população carioca e brasileira (Material Rioeduca, 2023, p. 4).

O texto ainda chama a/o professora/professor de “investigador e arquiteto de metodologias” (Material Rioeduca, 2023, p. 4) para que se desenvolva uma educação em prol da “diversidade étnico-racial” (Material Rioeduca, 2023, p. 4). Tal objetivo recebe a justificativa de que “o pertencimento étnico-racial pode ser fator de motivação para o envolvimento das/dos estudantes com o ambiente escolar, auxiliando na redução da infrequência e evasão escolar” (Material Rioeduca, 2023, p. 4). Trata-se de um trabalho que visa “[à] construção de uma educação inclusiva e qualitativa para os estudantes” (Material Rioeduca, 2023, p. 4). Pautado, então, na bandeira da diversidade étnico-racial, o texto é finalizado sem que seja mencionado o combate ao racismo ou o incentivo e a orientação para a construção de uma educação antirracista.

Entretanto, ao revisitar o texto das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como sugere o material, são encontradas orientações que encaminham para uma educação clara e devidamente posicionada contra o racismo. De acordo com o documento,

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive à escola (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 16).

Para isso, as ações escolares para (re)educação étnico-racial devem se pautar, conforme as Diretrizes, em “Políticas de Reparação, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas” (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 11). Por meio de políticas de reparação, busca-se o ressarcimento de danos sofridos por descendentes de africanos, de modo que “tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações” (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 11). Além da reparação, o texto ainda esclarece que

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualifiquem os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos

de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 12).

Acrescenta-se, ainda, que o reconhecimento requer “valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história” (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 12). Assim, políticas de reparação, reconhecimento e valorização resultarão em “ações afirmativas”, definidas como o “conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória” (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 12).

O documento ainda ressalta que esse não deve ser um trabalho de improviso e superficialidade. Para uma escola comprometida com a (re)educação das relações étnico-raciais, torna-se necessária uma estrutura educacional bem articulada no combate ao racismo e à arquitetura social discriminatória, com o devido conhecimento histórico e social onde ela se construiu:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhes são atribuídas nas escalas de desigualdades social, econômicas, educativas e políticas (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 15).

Sendo assim, à luz dessas diretrizes, verificar-se-á de que maneira o Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano referente ao 1º semestre de 2023 se propõe a promover um ensino de Língua Portuguesa comprometido com a Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Notícia “Após 12 anos de buscas, escritor africano consegue emprego em sua área no Rio e desiste de deixar o país: ‘Melhor coisa da vida’”

O texto de abertura do material analisado, na edição do aluno, anuncia que a proposta do primeiro bimestre é o embarque numa viagem em “meios de transportes mágicos, que nos fazem refletir e despertam o pensamento crítico: os textos” (Material Rioeduca, 2023, p. 7). E, para isso, propõe-se a utilização de gêneros textuais diversos. Essa abertura também afirma a diversidade (diferentes culturas, hábitos e costumes) como base temática para o período em questão. Destaca-se, aqui, a presença do termo *pensamento crítico*, verificando se o tipo de abordagem proposta nas atividades de fato se orienta por esse caminho.

Proclamada a temática da diversidade, a página doze do manual traz uma notícia a respeito do escritor guineense Eliseu Banori, relatando o fato de que, após doze anos, ele finalmente consegue emprego em sua área. Segue a transcrição do texto tal como no material.

***Após 12 anos de buscas, escritor africano consegue
emprego em sua área no Rio e desiste de deixar o país:
'Melhor coisa da vida'***

*O RJ2 acompanhou a história de Eliseu Banori, que já escreveu 7 livros e fez
mestrado pela UFRJ, mas estava prestes a voltar para Guiné-Bissau por não conseguir
trabalhar com o que gosta.*

Por Ari Peixoto, RJ2, publicado em 06 out. 2021, 20h32min.

*O escritor e imigrante africano Eliseu Banori, que lutava há 12 anos para conseguir um
emprego na área na cidade do Rio, conseguiu uma vaga na Secretaria Municipal de Cultura da cidade.
Ele foi admitido na Assessoria de Práticas Antirracistas, ao lado da educadora Sinara Rúbia, que
também é escritora e ativista do movimento negro.*

*Há uma semana, o RJ2 mostrou a luta de Eliseu, que mesmo sendo professor de língua
portuguesa, tendo mestrado pela UFRJ e sete livros publicados, não conseguia um emprego na área.
Para sustentar a família, ele precisava trabalhar como auxiliar de serviços gerais em um condomínio
no Leblon. Depois da reportagem, Eliseu recebeu diversas ofertas de emprego e foi convidado a fazer
palestras em escolas da cidade.*

*"É um momento que muita coisa vai acontecer. A gente tem o "Paixão de Ler", que justamente
o tema é literatura negra infanto-juvenil. A gente tem o mês da Consciência Negra, em que a gente vai
fomentar uma série de atividades que vai acontecer pela cidade. Ele chega aqui e soma muito nesse
processo", disse a coordenadora do setor.*

*Além do trabalho dentro da secretaria, Eliseu vai a campo, conversar com os gestores de
bibliotecas, lonas e arenas culturais, com objetivo de divulgar práticas, políticas e ações contra o
racismo.*

*O secretário Marcus Faustini disse que trouxe Eliseu não só pela história de vida dele, mas por
sua capacidade.*

*"Uma presença com origem fora do nosso país, mas com formação em língua portuguesa. Eu
tenho plena convicção e confiança de que ele fará a diferença na nossa gestão, vai contribuir com o
desenvolvimento de muita coisa importante", afirma o secretário.*

*Antes dessa conquista, Eliseu havia relatado que a situação financeira difícil trazia a
possibilidade de ele ter que voltar para seu país de origem, Guiné-Bissau².*

De acordo com as informações presentes nas páginas que seguem, Eliseu Banori é professor de Língua Portuguesa, tem mestrado pela UFRJ e tem, sob sua autoria, livros de poesia, sociologia, romance e contos. Apesar de sua formação e de sete livros publicados, a notícia relata que "Para sustentar a família, ele precisava trabalhar como auxiliar de serviços gerais em um condomínio no Leblon" (Material Rioeduca, 2023, p. 12).

O texto é precedido de uma introdução que apresenta o objetivo do gênero textual

² A edição do aluno do Material Rioeduca de Língua Portuguesa para o 1º semestre de 2023 está disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/materialrioeduca/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

“notícia” de informar acontecimentos reais e relevantes. Ainda, indica sobre quem é a informação a ser lida no texto (“um africano que vive na cidade do Rio de Janeiro”), a data da publicação e o formato digital do jornal. Além disso, são feitas algumas perguntas introdutórias: “Onde você costuma ler notícias? Converse sobre isso com quem mora com você e depois com seus/suas colegas e Professor(a)”; e “Antes de ler o texto todo, leia somente a manchete e pare para refletir. É possível prever qual é o assunto da notícia? Por que provavelmente o escritor africano veio morar no Rio de Janeiro?”.

Ao lado da notícia, também estavam identificados *manchete ou título principal, subtítulo ou título auxiliar, lide* (com explicação do que é) e *corpo da notícia*. Ao final do texto, em seção intitulada *Dialogando*, ainda na mesma página, são feitas as seguintes perguntas a respeito da leitura:

1. Qual é a finalidade da notícia lida? Qual é o público-alvo dessa notícia?
2. Que fato deu origem à notícia?
3. Onde e quando o fato aconteceu?
4. Quem é a pessoa envolvida no fato noticiado?

A página seguinte é iniciada pela seção *Mergulho no texto*, na qual constam sete atividades:

1. Qual é a formação do Eliseu Banori?
2. Por que havia a possibilidade de Eliseu Banori precisar retornar ao seu país de origem? O que o fez desistir?
3. No trecho “Eu tenho plena convicção e confiança de que ele fará a diferença na nossa gestão...” a fala do Secretário Municipal de Cultura revela um fato ou uma opinião? Justifique sua resposta.
4. No trecho “**Além do** trabalho dentro da secretaria, Eliseu vai a campo...”, qual é a ideia indicada pela expressão em destaque?
5. Explique por que foram empregadas aspas no sétimo parágrafo.
6. Que tempo verbal predomina na notícia lida? Explique por que esse tempo verbal é empregado.
7. Indique o valor semântico da conjunção destacada em “[Eliseu] já escreveu 7 livros e fez mestrado pela UFRJ, **mas** estava prestes a voltar para Guiné-Bissau...”.

Por fim, as atividades referentes à notícia são finalizadas no box intitulado *Para além do texto*, com as seguintes perguntas:

1. Eliseu Banori mora no Rio de Janeiro há 12 anos. Na sua opinião, o que leva uma pessoa a deixar sua cidade natal para morar em outra cidade?
2. Você conhece alguém que tenha deixado sua cidade natal para morar aqui no Rio de Janeiro? Caso conheça, explique quem é essa pessoa e por que ela veio morar em nossa cidade.

A página segue com um novo box intitulado *Fique ligado*, que explica brevemente a respeito de conjunções coordenativas, definindo o que é conjunção, sua função e estabelecendo, com referência na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, de 2010, os valores semânticos de adição, adversidade, alternância, explicação e conclusão para as referidas conjunções. A seção é finalizada com exemplos desses valores semânticos em frases retiradas da notícia lida ou a partir dela, seguida do convite à leitura de um poema do escritor, constante na página seguinte, e à reflexão sobre a seguinte frase, também de sua autoria: “A literatura representa para mim a certeza de que a vida existe e é possível vivê-la”.

Nota-se, então, que as atividades propostas estão direcionadas a aspectos importantes para os estudos da língua/linguagem. O material apresenta características do gênero textual notícia (finalidade do texto, público-alvo, fato que deu origem à notícia e pessoa envolvida no fato noticiado); recursos textuais (uso das aspas) e linguísticos (tempo verbal predominante e valor semântico de conjunções coordenativas); bem como sobre compreensão e identificação de informações a partir da leitura (formação de Eliseu Banori, o que o fez deixar seu país de origem e distinção entre fato e opinião); e ainda convida a/o aluna/o a manifestar sua opinião. Entretanto, o “pensamento crítico”, a ser desencadeado pelos textos, como consta na apresentação do material, não parece se fazer presente nessas páginas do conteúdo, embora o relato sobre a história de Eliseu Banori ofereça informações que favorecem não só um olhar crítico, como uma criticidade direcionada especificamente à (re)educação das relações étnico-raciais.

A matéria possibilita, por exemplo, que as/os alunas/os tomem conhecimento sobre Guiné-Bissau, fazendo a devida distinção entre o continente África e seus diferentes países. Partindo disso, é possível se questionar sobre por que chamar Eliseu de “africano” e não de “guineense”. Outra possibilidade de análise crítica do texto seria pensar em possíveis motivos que levaram Eliseu Banori a, por doze anos, não obter êxito suficiente para seu sustento e de sua família com a venda de seus livros, levando-o a trabalhar como auxiliar de serviços gerais em um condomínio no Leblon. Possivelmente, uma visão crítica sobre a história desse autor conduziria a reflexões sobre o cotidiano das/os próprias/os alunas/os e sobre a empregabilidade de pessoas negras à sua volta, permitindo o entendimento de que estruturas racistas ainda hoje são preservadas na nossa organização social.

Como endossado pelas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade imposta a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 14).

Esclarecer às/aos estudantes a respeito do racismo na sociedade brasileira (e carioca) é contribuir na formação de cidadãos críticos e conscientes de que estruturas nocivas à vida

social se constroem, mas também desconstroem por meio da língua/linguagem.

Poema “Mamãe África”

A página seguinte ao conteúdo citado acima apresenta este poema:

MAMÃE ÁFRICA

Eliseu Banori

*Canta comigo!
Canta comigo!
As canções que deixei de cantar
Em mil noites de silêncio...
Canta comigo!
Porque eu só quero cantar!
Canta a dor dos filhos que partiram
E nunca mais voltaram...
Canta comigo!
As tristezas dos rostos dos teus
filhos espalhados pelo mundo
Com desejo de partir, mas tem que ficar...
Canta comigo, hoje, amanhã...
Porque eu quero só cantar!
Canta a esperança dos dias
Melhores!
Canta a liberdade proibida!
Canta o maltrato dos homens!
Canta a minha solidão neste país desigual
E a dor dos que se foram
Em nome dessa bandeira que, hoje,
erguemos!
A LIBERDADE!*

O texto é acompanhado do conjunto de questões a seguir:

1. *Releia o título do poema reflita e responda: Por que o eu poético chama a África de “mamãe”?*
2. *O verbo “cantar”, nesse contexto, funciona como uma ordem ou um convite?*
3. *O verso “Canta comigo” se repete ao longo do poema. Qual é o efeito de sentido resultante dessa repetição?*
4. *De acordo com o poema, como é a vida do eu poético longe de sua terra natal? Comente.*
5. *Explique o sentido dos versos “As tristezas dos rostos dos teus/filhos espalhados pelo mundo”*
6. *A notícia lida anteriormente e o poema “Mamãe África” se assemelham quanto ao tema. Qual é o tema tratado nos textos?*

7. A notícia e o poema se diferenciam quanto à estrutura. Cite uma diferença estrutural entre eles.

8. Cada gênero textual tem uma finalidade. A partir da leitura da notícia e do poema, qual é a finalidade de cada um deles?

O material segue com mais algumas informações bio e bibliográficas do escritor, além da menção ao dia 25 de maio, no qual se comemora o Dia da África, data reconhecida pela ONU e pela União Africana na qual “reflete-se a emancipação, defesa e importância da independência dos africanos em relação aos colonizadores europeus” (Material Rioeduca, 2023, p. 14). Na página, constam, ainda, dois códigos *QR Code*, um que diz oferecer acesso a um vídeo do próprio autor comentando o referido poema e outro que diz oferecer acesso a mais informações sobre o Dia da África.

O conteúdo é finalizado na página seguinte, com a proposta de que as/os estudantes produzam uma notícia sobre uma pessoa que tenha deixado sua cidade natal para tentar uma vida melhor no Rio de Janeiro. Isso porque, aparentemente, destaca-se da biografia de Eliseu Banori o fato de ele ser um estrangeiro desembarcado em terras cariocas em busca de melhores condições de vida.

Observa-se, mais uma vez, a ausência de menção ao racismo. As atividades giram em torno de análise semântica de determinados vocábulos, recursos linguísticos na composição do texto (repetição do verbo “cantar”) e estrutura e finalidade dos gêneros notícia e poema. O máximo de menção trazida pelo material à colonização e escravização dos países africanos é o já mencionado box que informa, em breve comentário, sobre o dia 25 de maio, Dia da África.

O estudo das conjunções coordenativas, por exemplo, registrado na página anterior, poderia ser ampliado no entendimento do poema “Mamãe África”. A partir da presença da conjunção coordenativa “mas” no trecho “Canta comigo!/As tristezas dos rostos dos teus/filhos espelhados pelo mundo/Com desejo de partir, mas tem que ficar” é possível pensar na função adversativa dessa conjunção indicativa, visto que o desejo de partir desses “filhos espalhados pelo mundo” encontra obstáculo em algo maior, que os obriga a ficar.

Há, também, o emprego da conjunção aditiva “e” que, ao adicionar à noção da dor de uma partida o fato de ela ser para sempre, no trecho “Canta a dor dos filhos que partiram/E nunca mais voltaram”, reforça a tristeza de laços familiares que foram definitivamente rompidos devido à prática desumana do tráfico e escravização de negras/os africanas/os. A partir desses exemplos, nota-se, também, que não há direcionamento à reflexão crítica na análise dos mecanismos gramaticais presentes no texto.

Vale lembrar que o foco na análise dos mecanismos semânticos e morfossintáticos do texto são, sim, relevantes nas aulas de Língua Portuguesa; entretanto, eles não devem ser investigados de maneira isolada da contextualização crítica da língua/linguagem em uso na interação social. Até mesmo o gabarito das atividades mencionadas não prevê possíveis debates sobre racismo, direcionando o entendimento da história e do trabalho de Eliseu Banori para a visão de um imigrante que sente saudades de sua terra natal.

Todavia, um olhar mais atento para a vida e a obra de Eliseu aponta para outro enfoque: sua escrita é fundamentalmente denunciativa. Seus textos em prosa e verso trazem à tona o sofrimento de países africanos e, de maneira muito particular, a história do povo guineense. Na obra de Eliseu Banori, Guiné-Bissau, seu país de origem, não é mencionado e protagonizado apenas como a terra natal da qual ele tem saudades – o autor enaltece sua terra justamente no sentido de rememorar todo sofrimento de seu povo causado pela invasão e escravização europeia. Eliseu Banori escreve como um esforço para reparar, pelo menos aqui, no Brasil, no Rio de Janeiro, local onde ele se instalou desde a sua saída de Guiné-Bissau, todo o apagamento histórico que os países europeus provocaram na colonização do continente africano. Conforme o prefácio do livro *Cantar do galo* (2017), o poeta e professor também guineense Rocludelo Nanque afirma que Eliseu Banori, em seu ofício de escritor, visa sempre a “despertar, acordar a raça, como quem diz aos homens que o amanhecer chegou e/ou chegará sem tardar” (Banori, 2017, p. 15).

Dessa maneira, “Mamãe África” é mais do que um louvor à terra natal de Eliseu; é a denúncia de uma forma de organização mundial racista que, durante séculos, dizimou famílias, línguas e culturas africanas. Organização essa da qual se colhem frutos nas sociedades ocidentais até hoje, os quais as/os próprias/os alunas/os podem perceber no seu cotidiano e dos quais, inclusive, elas/es mesmas/os podem ser vítimas.

Mais do que fazer menção a um escritor africano, guineense, comprometer-se com as orientações legais para o ensino de culturas afro-brasileiras e africanas e, assim, (re)educar as nossas relações étnico-raciais, “despertar o pensamento crítico” a partir das leituras, como alegado na abertura do material, é promover a conscientização do racismo ainda impregnado na nossa sociedade.

A notícia sobre a trajetória de Eliseu Banori é um caso bastante representativo do racismo existente ainda hoje, inclusive na própria realidade das/os alunas/os da rede municipal carioca. É imprescindível que essas/es estudantes atentem para o fato de que a desqualificação do trabalho de Eliseu Banori como escritor nos doze anos mencionados na notícia, a despeito de sua formação e produção literária, forçando-o a se submeter a trabalhos que em nada correspondiam à sua formação e atuação profissional, reforça o quanto o racismo ainda se impõe.

Orientações do *Caderno do professor*

Na edição do professor, as orientações para o referido conteúdo, tanto da notícia quanto do poema, estão organizadas em: *Página(s) material do aluno; Unidade(s) temática(s); Objetos(s) de conhecimento; Habilidade(s); Objetivo(s) de aprendizagem; Sugestões metodológicas e Sugestões para ampliação*. Nenhum desses itens, porém, prevê o tema do racismo para debate ou roda de conversa.

As instruções sobre o trabalho com o gênero notícia mencionam a sugestão de “questões que você julgar importante para que a turma possa refletir criticamente sobre as abordagens jornalísticas de um mesmo assunto” (Material Rioeduca, 2023, p. 15). No entanto,

não se recomenda especificamente o racismo como tema para tal reflexão crítica. A proposta é que se amplie a discussão sobre o gênero notícia partindo de um assunto que seja de maior interesse da turma. Como finalização, sugere-se a tarefa de organização da turma em grupos para que produzam uma notícia sobre o assunto eleito e discutido.

Nas orientações para a *unidade temática* poema, consta a seguinte recomendação:

para ampliar o repertório cultural e literário de seus(suas) alunos(a), você pode trazer para a sua sala de aula outros poemas de poetas africanos de Língua Portuguesa. O objetivo dessa atividade é fazer com que os(as) educandos(as) conheçam os países africanos que têm a Língua Portuguesa como idioma oficial, além de entender a cultura e a literatura como instrumentos de divulgação de ideias e unidade dos processos de independência dos países africanos de língua portuguesa (Material Rioeduca, 2023, p. 16).

Além disso, o material também propõe uma aula em parceria com a/o professora/professor de História, ressaltando a importância de “conversar sobre o contexto histórico de independência dos países africanos lusófonos e a construção de sua identidade” (Material Rioeduca, 2023, p. 16). Dado o contexto histórico, indica-se distribuir poemas selecionados para as/os alunas/os, divididos em grupos, a fim de observar, nos poemas, aspectos como: tema; país de origem e características de independência; biografia do poeta; contextualização da publicação: circulação, quem escrevia, a quem era direcionado, qual(is) seus(s) objetivo(s) e período de publicação. A finalização da análise dar-se-ia com a produção de um cartaz com a biografia do autor do poema estudado para exposição na escola e/ou na sala de aula.

Desse modo, é possível perceber a ausência do racismo claramente estabelecido como tema também no *Caderno do professor*. A simples presença de textos referentes à África, sua história e cultura, não é suficiente para que se efetive, no ambiente escolar, uma (re)educação de relações étnico-raciais. Assim, o Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano para o 1º semestre de 2023 parece tratar a questão racial tão somente como diversidade. No entanto, não é o que se verifica nas DCN-s – Educação das Relações Étnico-Raciais. Trata-se de um tema diretamente relacionado a discriminações e desigualdades fundamentalmente racistas:

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente raízes europeias da sua cultura (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 14).

Assim, embora as formas de preconceito racial não se originem exclusivamente na escola,

As desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante na eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (DCN-s – Educação das Relações Étnico-raciais, 2004, p. 14-15).

A instituição escolar, portanto, não deve renunciar a uma posição clara e definitivamente antirracista. Elucidar sobre contexto histórico de países africanos lusófonos, como sugerido no material, contribui para o conhecimento dessa vertente das nossas origens, isto é, da nossa diversidade. Entretanto, isso não resulta necessariamente na conscientização sobre as formas de segregação profundamente danosas que esse racismo histórico estabeleceu na sociedade em que vivemos hoje.

A lógica neoliberal na gestão educacional

A omissão de uma postura explicitamente declarada contra o racismo por parte do material didático da prefeitura do Rio de Janeiro pode ter suas raízes na lógica liberal que hoje vigora de maneira tão discreta quanto efetiva na educação brasileira e mundo afora, conforme apresenta o sociólogo francês Christian Laval (2004).

Dentre as reflexões levantadas sobre o modelo escolar adaptado à sociedade de mercado, Laval questiona, com base em afirmação de Gilles Deleuze³, se “Trata-se de adaptar melhor a escola à economia capitalista e à sociedade liberal, adaptação que colocaria cada vez mais em perigo a autonomia da Instituição escolar mas que não a destruiria” (Laval, 2004, p. XVII). A ameaça sugerida pelo autor reside em promover reformas que incumbem à escola não a formação de cidadãos conscientes das ciências, do mundo e de si mesmos, mas a produção de consumidores e clientes munidos de uma formação mecânica, superficial e acrítica. No entanto, a referida adequação não representa, em contrapartida, uma possível destruição da escola, devido à sua utilidade, uma vez que delega a essa instituição, mais precisamente à/ao professora/professor, a tarefa de suprir demandas outras que não a formação crítica e reflexiva e que promovam resultados numericamente verificáveis dentro da competitividade mercantil da educação.

A vertente neoliberal da escola pode ser identificada, por exemplo, na percepção de que o ensino vem, sim, apresentando reformas, inovações e revisões de diversas ordens, como, por exemplo, a inserção do ensino sobre história e cultura afro-brasileira, incluindo a História da África e dos africanos na educação básica. Contudo, essas inserções curriculares não “constituem mais uma etapa no caminho da transformação social, mas um elemento imposto apenas pela preocupação gestonária de colmatagem imediata ou ainda objeto de

³ “Tenta-se nos fazer crer em uma reforma da escola, como uma liquidação” (Laval, 2004, p. XVII).

um estranho culto da ‘inovação’ por ela mesma, separada de toda aposta política clara” (Laval, 2004, p. X). Isso significa que as alterações pelas quais a educação vem passando, supostamente em atendimento a demandas sociais relevantes, podem estar sendo efetuadas de maneira superficial e com fins tão somente administrativos, e não no sentido da intervenção social. Para Laval (2004),

A escola que antigamente encontrava seu centro de gravidade não somente no valor profissional mas também no valor social, cultural e político do saber [...] está orientada, pelas reformas em curso, para objetivos de competitividade que prevalecem na economia globalizada (Laval, 2004, p. XIII).

Isso encaminha para outro indício que reforça esse ponto de vista: a insistência na avaliação numérica como indicador de sucesso ou de fracasso educacional. De acordo com Christian Laval, uma das tendências desse contexto é a desinstitucionalização da escola, no sentido de perda de autonomia em nome da submissão ao modo empresarial de geração de resultados e inovações (Laval, 2004, p. XVIII-XIX). O modelo industrial supervaloriza o que é visível e quantificável, o que significa exatamente o oposto do processo educativo, que exige tempo (Laval, 2004, p. 181) e se pensa a nível de uma formação humana, crítica e reflexiva a partir dos conhecimentos assimilados.

O *Caderno do professor* do Material Rioeduca (2023), em análise, tem uma página inteira intitulada *COM A PALAVRA, A AVALIAÇÃO!*, que justifica a Avaliação Diagnóstica em Rede nas escolas municipais, de caráter obrigatório, sob a premissa de ser

indicação de norteadores dos processos cognitivos identificados como fundamentais para a construção processual do conhecimento [...] como uma espécie de termômetro que objetiva apresentar pistas graduais sobre o desenvolvimento dos processos cognitivos dos discentes (Material Rioeduca, 2023, p. 9).

O texto segue sugerindo se tratar de uma ressignificação do papel da avaliação, abdicando do seu viés punitivo, sendo um instrumento com o fim de “elucidar o olhar intencional e estratégico do professor”, não pretendendo “tangibilizar a densidade dos inúmeros processos pedagógicos exercitados e desenvolvidos na escola” (Material Rioeduca, 2023, p. 9).

Embora textualmente a Avaliação Diagnóstica em Rede pareça se comprometer com a verificação de um processo educativo mais aberto, esse mesmo texto se encerra anunciando a relação de habilidades curriculares requeridas nas avaliações (obrigatórias) do primeiro e do segundo bimestre – nenhuma delas, porém, direcionada ao “pensamento crítico” anunciado inicialmente no material. O desenvolvimento de habilidades a serem apuradas por uma prova de múltipla escolha parece ser, na prática, o principal objetivo desse processo.

De fato, a avaliação escolar de caráter punitivo parece não ter mais argumento que a sustente no atual cenário de ensino. No entanto, uma avaliação de Língua Portuguesa norteada por uma lista de habilidades a serem demonstradas pelos alunos em questões objetivas, que parecem se voltar mais para o adestramento ou treinamento do que de fato

para a educação, não representa um modelo de ensino preocupado com a formação crítica.

A Avaliação Diagnóstica em Rede configura, dessa maneira, a ferramenta de competitividade escolar na lógica de mercado que rege a educação municipal carioca. Ainda, ela orienta o ranking das escolas municipais no Acordo de Resultados de Aprendizagem com metas até 2024, baseado em planos de ação e estratégias para a obtenção de resultados dentro desse prazo, premiando os melhores números apresentados⁴. Ou seja, um acordo em que são estabelecidas metas a serem atingidas a partir da verificação de números alcançados em determinado prazo caracteriza um mecanismo de recuperação empresarial implementado inadequadamente na gestão escolar. Como afirma Laval,

O mercado é de curto termo e as soluções às quais ele conduz são soluções superficiais, imediatas, com efeitos rápidos [...]. O mercado supõe uma “reatividade” muito forte enquanto as soluções a muitos problemas educativos demandam decisões que operem em longa duração (Laval, 2004, p. 181).

A incoerência desse modelo para a educação reside no fato de que a eficiência ou a eficácia escolar, tão proclamadas nessas inovações educacionais, deveriam estar justamente nos princípios essenciais da escola: o “capital simbólico composto de referências e de valores para partes comuns, partes antagônicas (a coesão social, a cidadania republicana, o progresso humano, a emancipação do povo, etc)” (Laval, 2004, p. 193). Quando esses valores passam a ser substituídos pelo gerencialismo, desconstrói-se, “pouco a pouco, o humanismo como sistema de inteligibilidade e legitimidade da atividade educativa [...] tudo parece dever se racionalizar segundo o cálculo das competências e a medida das performances” (Laval, 2004, p. 193). Mais uma vez, o objetivo não é a transformação social, mas a disputa por melhores desempenhos de habilidades treináveis e domesticáveis, comprovadas por meio de avaliações objetivas e necessariamente periodizadas.

Essa padronização das habilidades a serem treinadas em sala de aula e mensuradas em avaliações objetivas, numa lógica de mercado, acabam resultando num sistema de controle social, “visando elevar o nível de produtividade das populações ativas” (Laval, 2004, p. XIX). Assim, o neoliberalismo escolar resulta no favorecimento das empresas, as quais, futuramente, empregarão os indivíduos treinados por essa escola que pretende qualificar futuros profissionais meramente operacionais. Laval acrescenta:

Isso foi feito apelando muito mais abertamente para a despesa privada, para gerenciar mais “eficazmente” a escola, à maneira das empresas. Apelo ainda, para a redução da cultura ensinada apenas às competências necessárias à empregabilidade dos assalariados, para o encorajamento de uma lógica de mercado na escola (Laval, 2004, p. 12).

Isso inclui, ainda, as novidades tecnológicas, recebidas, muitas vezes, com entusiasmo no ambiente escolar. Elas oferecem não somente novos modos de aprender, mas também

⁴ Disponível em: <https://prefeitura.rio/educacao/prefeitura-do-rio-anuncia-acordo-de-resultados-para-rede-de-ensino-com-metas-para-educacao-ate-2024/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

novos modos de pensar, mais práticos e funcionais, mais adequados, portanto, ao ambiente profissional (Laval, 2004, p. 221).

Como consequência, as aparentes reformas e a modernização do ensino vão fazendo a escola não mais assumir um lugar de instrução e pensamento crítico para fins de minimização das injustiças sociais. A mentalidade do neoliberalismo escolar torna essa instituição um espaço de treinamento de habilidades que, de quando em quando, lança a/o estudante numa espécie de arena de exibição de competências que só reforça as desigualdades da nossa organização social. Não se trata de pensar, educar e aprender; trata-se de adestrar e disputar.

Considerações finais

Regido por essa lógica, o Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano para o 1º semestre de 2023 parece lidar com a educação das relações étnico-raciais de maneira que o comprometa em menor grau possível com um posicionamento precisamente antirracista. Isso porque o pensamento empresarial mira na satisfação do cliente, quem quer que este seja, quaisquer que sejam seus princípios e valores, e, para isso, torna-se necessário o cuidado de assumir um discurso aparentemente isento e imparcial. A educação, porém, é “fator fundamental de reinvenção do mundo” (Freire, 2022, p. 18) e, por esse motivo, deve trabalhar em favor de ações intervencionistas para fins do bem comum e de minimização de injustiças.

Pela lógica de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, “O ser humano jamais para de educar-se” (Freire, 2023, p. 26). Essa premissa não cabe num sistema educacional padronizado e mensurável objetivamente. Em concordância com as DCN-s – Educação das Relações Étnico-Raciais, Paulo Freire afirma que educação é sempre possibilidade: “se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa [...]. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo” (Freire, 2022, p. 42). Sendo assim, embora deva ser reconhecido que só a presença de textos de e sobre literatura e cultura africana seja um passo de alta relevância na (re)educação das relações étnico-raciais, “não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica” (Freire, 2022, p. 43).

O foco na diversidade, na inserção de textos de autores como Eliseu Banori, de autoras mulheres, autoras/es indígenas, nordestinas/os e regionais, por exemplo, faz parte de todo o processo de uma política linguística e educativa de reconhecimento e valorização das diferenças e representa um aspecto positivo, especialmente no que diz respeito à escola pública. Todavia, é imprescindível que seja uma prática consciente e conscientizadora. É ainda Paulo Freire quem pontua que muito da tarefa educativa da *Cidade*, entendida, aqui, também como Estado, “implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebemos a política, a serviço de que e de quem fazemos” (Freire, 2022, p. 29). Não se trata apenas de diversidade, tampouco de vitimismo, mas de um trabalho que se empenhe em assegurar que essa diversidade não implique punição e humilhação do outro. Como sugere Freire:

Talvez as Cidades pudessem estimular as suas instituições pedagógicas, culturais, científicas, artísticas, religiosas, políticas, financeiras, de pesquisa para que, empenhando-se em campanhas com este objetivo, desafiassem as crianças, os adolescentes, os jovens a pensar e a discutir o direito de ser diferente sem que isto signifique correr o risco de ser discriminado, punido, ou, pior ainda, banido da vida (Freire, 2022, p. 32).

O pensamento neoliberal, portanto, parece orientar o viés pelo qual foi concebido o Material Rioeduca de Língua Portuguesa do 8º ano para o 1º semestre de 2023. Todavia, se a Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a Gerência das Relações Étnico-Raciais, pretende, de fato, promover um ensino de Língua Portuguesa que efetivamente dê conta de uma (re)educação de relações étnico-raciais na escola, esta deve atentar para a elaboração de um material didático declaradamente antirracista. Isso parte de uma concepção de educação linguística não apenas norteada pelo uso da língua/linguagem do ponto de vista textual, fonético-fonológico ou morfosintático, mas também vista como prática social capaz de atuar ativamente na formação de seres humanos melhores e de um melhor ambiente para se viver.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Governo Federal, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 28 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. Londrina: Editora Planta, 2004.

MATERIAL RIOEDUCA. *8º ANO 1º SEMESTRE*: Caderno do professor. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023.

MATERIAL RIOEDUCA. *8º ANO 1º SEMESTRE*. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023.

NANQUE, Rocludelo. Prefácio. In: BANORI, Eliseu. *Cantar do galo*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política Linguística: do que é que se trata afinal? In: NICOLAIDES, Christine et al. (Orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

VOLÓCHINOV, Valentin. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: Editora 34, 2019.

Recebido em: 26/08/2023.

Aceito em: 27/12/2023.